

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XXVIII - 31 DE JULHO DE 2018

CONGRESSO DOS PETROLEIROS: CATEGORIA DEBATE LUTA E RESISTÊNCIA



Participantes da abertura do 32º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais, com palestra de Paulo Henrique Amorim

O debate sobre a luta e resistência da categoria petroleira contra o desmonte do Sistema Petrobrás permeou os dois dias do 32º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais, que aconteceu nos dias 20 e 21 de julho. O evento reuniu mais de 128 pessoas nos dois dias, sendo o maior Congresso já realizado pelo **Sindipetro/MG**.

A abertura do Congresso teve a participação do jornalista Paulo Henrique Amorim, que fez uma análise sobre a conjuntura política brasileira após o golpe de 2016 que retirou Dilma Rousseff da presidência da República. Para ele, “assim como o golpe de 1964, o golpe de 2016 teve a mão gorda dos Estados Unidos”.

Paulo Henrique participou da

mesa “Do golpe às eleições 2018: o papel da Petrobrás na disputa política brasileira”, composta também pela representante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Soniamara Maranhão; o secretário geral da CUT Minas, Jairo Nogueira, pela representante da FUP, Cibele Vieira, e pelo coordenador do Sindipetro/MG, Anselmo Braga.

Paulo Henrique apresentou um histórico da disputa por petróleo no mundo e no Brasil. Relembrou o papel desempenhado por Fernando Henrique Cardoso que, durante seu governo, iniciou o processo de privatização da Petrobrás até chegar ao golpe de 2016, que teve a maior estatal do País como ponto central, especialmente após a descoberta do pré-sal em 2006.

Segundo o jornalista, o governo dos Estados Unidos é o principal ator nesse processo - assim como foi no golpe de 1964, que derrubou o presidente João Goulart e colocou os militares no poder.

“Se antes, em 1964, eles treinavam generais, hoje eles treinam juizes e procuradores. Trocaram a farda pela toga. E já deram três golpes bem sucedidos [na América Latina]: no Paraguai, em Honduras e no Brasil”.

Ele lembrou ainda a reativação da 4ª frota que havia sido desativada após descer do Caribe em 1964 e ancorar no litoral dos Espírito Santo para dar guarida aos militares que tomaram o poder na ocasião.

“Em 2006 foi descoberto o pré-sal, que era pra gerar dinheiro para a edu-

cação e saúde. Três meses depois, os Estados Unidos reativaram a 4ª frota para ficar operando no Atlântico Sul, entre o pré-sal e o petróleo de Angola que é da mesma família geológica”.

PAPEL DA MÍDIA

Paulo Henrique Amorim também apontou erros de Lula e Dilma que contribuíram para o cenário atual. Entre eles, a política econômica de Dilma e o não enfrentamento dos governos do PT à Rede Globo - que, segundo ele, teve papel muito importante em todo o golpe.

Ele também criticou a falta de divulgação dada aos programas promovidos pelos governos PT, como o Bolsa Família, Fies, Mais Médicos, Prouni, Ciências Sem Fronteiras.



“ EDITORIAL

O maior Congresso da nossa história!

Nos últimos dias 20 e 21 de julho, a sede do Sindipetro/MG abrigou o maior congresso da história da categoria petroleira de Minas Gerais. Com recorde de público e ampla participação da base, foram mais de 120 participantes circulando pela sede do Sindicato em dois dias de palestras e debates. Pelas transmissões via Facebook, alcançamos mais de 10 mil visualizações!

O 32º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais se mostrou um importante espaço de formação da nossa categoria, já que se propôs a fazer um diagnóstico coletivo sobre a situação do País e da Petrobrás.

A partir dessa análise da dura realidade que vivemos nos últimos anos, avaliamos nossas últimas mobilizações e discutimos os desafios para a luta da categoria petroleira para o próximo período. Afinal, não basta estudar e entender o que estamos passando, mas também propor ações para o futuro.

Aliás, os debates do Congresso sempre acabavam convergindo para esse tema: o que nos espera pela frente? No final das contas, as eleições de outubro de 2018 são sempre citadas como uma possibilidade de interrupção desse processo de destruição de uma nação, o qual denominamos golpe.

Graças a nossa intensa mobilização nos últimos anos, especialmente após as greves dos caminhoneiros e dos petroleiros de 2018, muito do que já vínhamos discutindo e alertando sobre a privatização da Petrobrás passará a ser pauta do debate eleitoral. Será também nosso dever lutar-mos pela eleição de candidatos que estejam comprometidos com nossas bandeiras - não somente como petroleiras e petroleiros, mas como classe trabalhadora. Entretanto, antes disso, o golpe tem deixado uma coisa clara: não teremos sequer eleições livres e democráticas se não houver mobilização do nosso povo.

Sindipetro/MG presente em ato contra a privatização da RNEST

Os diretores do Sindipetro/MG Alexandre Finamori e Anselmo Braga participaram na última quinta-feira (26) do ato nacional na Refinaria Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco, que fechou o calendário de luta da FUP contra as privatizações no Sistema Petrobrás. O Sindicato também esteve presente nas mobilizações realizadas na RLam, na Bahia; na Refap, no Rio Grande do Sul; e na Repar, no Paraná.

A venda das refinarias foi barrada momentaneamente por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que impede o governo de vender empresas públicas sem autorização do Legislativo.

O objetivo é entregar à concorrência 60% do controle acionário das quatro refinarias em dois grandes conjuntos de ativos, além de todo o sistema de logística da Transpetro para distribuição e escoamento dos derivados produzidos por elas.



Diretores do Sindipetro/MG participam de ato na RNEST, em Pernambuco, contra a privatização da refinaria



GIRO PELAS CATEGORIAS

Governo recua da reforma do Ensino Médio

Após forte pressão e mobilização dos educadores, entidades sindicais e acadêmicas contra a reforma do Ensino Médio, o governo de Michel Temer (MDB) anunciou que irá recuar e alterar o texto polêmico que define as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. Entidades ligadas à educação, no entanto, alertam que esse pode ser mais um golpe do governo de Temer para acelerar o processo de desmonte da educação no Brasil até as eleições deste ano.

CALENDÁRIO

JULHO

28: festival latinoamericano LulaLivre, no Rio de Janeiro;

AGOSTO

1 a 5: VII Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros (PlenaFUP), no Rio de Janeiro;

10: Dia do Basta! Atos em todo o País para exigir um basta de desemprego, de aumento do preço do gás de cozinha e dos combustíveis, de retirada de direitos da classe trabalhadora, de privatizações e de perseguição ao ex-presidente Lula;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Leticia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinicius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br





IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO E HISTÓRIA DA LUTA DA CATEGORIA PETROLEIRA SÃO DEBATIDOS EM CONGRESSO

Os desafios da luta travada contra a venda da Petrobrás e a história de resistência da categoria petroleira foram temas de debate no 32º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais, realizado nos dias 20 e 21 de julho na sede do **Sindipetro/MG**.

A mesa “Impactos da privatização da Petrobrás para os petroleiros e para o Brasil”, formada por representantes de diferentes bases da Petrobrás, pelo pesquisador do Inep, Eduardo Costa Pinto e pelo diretor do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal, Victor Frota, fez um diagnóstico do atual estágio de desmonte da estatal e debateu sobre os desafios impostos para a luta da categoria petroleira.

Segundo o diretor do Sindipetro Norte Fluminense, Antônio Raimundo Santos, dois fatores contribuem para essa dificuldade: o crescimento da terceirização e a organização da empresa no sentido de ter uma equipe forte de contingência.

“Hoje, nós temos unidades onde há sete, oito ou nove terceirizados para cada funcionário próprio. Algumas plataformas operam com mais de 15 empresas. Isso dificulta por demais a identidade dos trabalhador em relação à defesa do espaço de trabalho que ele ocupa e faz parte de uma estratégia da empresa”.

Além disso, ele citou ainda o conflito existente entre trabalhadores de diferentes setores (como operação e administrativo) – que fazem com que muitos não se reconheçam como parte de uma mesma engrenagem. Outro ponto é a contingência. “A empresa esticou seu estafê de supervisão. Então, só com esse corpo (gerência, coordenações e supervisão) ela já forma uma equipe de contingência. Hoje, um grande calo nosso é conter essa contingência. A gente não consegue mais fazer uma greve com ocupação, parada e controle de produção”.

Os debatedores apresentaram ainda um histórico da venda de ativos da Petrobrás desde o golpe: que foi de

campos terrestres ao controle de quatro refinarias localizadas nas regiões Sul e Nordeste (cujo processo foi interrompido após liminar do STF).

Apesar da liminar, a Petrobrás continua se movendo para privatizar a empresa. A conselheira eleita da Transpetro, Fabiana dos Anjos, citou a recente mudança no Estatuto Social da subsidiária, que acaba com a garantia do controle acionário da Petrobrás e permite sua privatização.

LUTA

Já na mesa “Lutar e Resistir: balanço da luta dos petroleiros ao longo da história”, a última do Congresso, foi feita uma retrospectiva da luta da categoria petroleira ao longo da história do Brasil pelo diretor da FUP e do Sindipetro Unificado-SP, João Moraes.

Segundo ele, os petroleiros sempre foram protagonistas na luta pela democracia e pelos direitos trabalhistas no Brasil. Outros dois pontos debatidos pela mesa foi o golpe de 2016, que teve o petróleo e a Petrobrás como centro, e a greve dos petroleiros deste ano, que saiu vitoriosa com a saída de Pedro Parente da Petrobrás.

Para o petroleiro Guilherme Carvalho Alves, o movimento conseguiu furar a bolha midiática e levar o debate acerca da política de preços adotada pela Petrobrás para o povo brasileiro.

Para o diretor da FUP e do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori, a base teve uma participação fundamental na greve dos petroleiros de Minas.

“A base teve uma participação fundamental nesta greve, tomando todas as decisões coletivamente. Acredito que houve um grande avanço entre os trabalhadores da base, principalmente da nova geração, que passou a entender a necessidade da luta”.

O coordenador jurídico do Sindipetro/MG, Caio Marcondes, analisou a decisão do TST de declarar a greve dos petroleiros como ilegal “uma situação sem precedente no Brasil e uma censura prévia ao exercício do direito de greve”.



Segundo dia do 32º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais debateu impactos da privatização da Petrobrás e história da luta dos petroleiros

Congresso elege delegados para VII PlenaFUP e cria Grupo de Trabalho

Após as mesas de debates, os participantes do 32º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais definiram os delegados que participarão do VII Plenária Nacional da FUP - “Petroleir@s pelo Brasil: Reagir, Lutar, Vencer” - que acontece entre 1º e 5 de agosto, no Rio de Janeiro.

São eles: o coordenador do Sindipetro/MG, Anselmo Braga; os diretores Cristiano Almeida e Edson Toledo; as diretoras Letícia Staela Duval e Edna Vieira; o trabalhador Daniel Guedes e os aposentados Domingos Soares e Hélio Damião. O petroleiro Dagoberto Hertzog e os diretores aposentados Paulo Valamiel e Orlando Carlos vão como observadores



Petroleiros (as) votam delegados para o VII PlenaFUP

(têm direito a voz, mas não a voto).

Além disso, a categoria decidiu pela criação de um Grupo de Trabalho de Formação e Comunicação. A ideia é desenvolver um material para ser apresentado a estudantes de Ensino Médio e Superior sobre a Petrobrás, sua importância para o Brasil e atual política do Governo Federal voltada para o desmonte da empresa. Participam desse grupo os diretores do Sindipetro/MG, Cristiano Almeida e Felipe Pinheiro, além de diversos representantes da base.

Confira a cobertura completa do 32º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais no site do Sindipetro/MG: www.sindipetromg.org.br

POR QUE NÃO ASSINAR O PCR?

O Plano de Cargos e Remuneração (PCR), proposto unilateralmente pela Petrobrás e com a recompensa do pagamento de um bônus, tem gerado certa polêmica entre a categoria petroleira. A orientação dos sindicatos filiados à FUP é que os trabalhadores não assinem o PCR, cujo prazo de adesão até setembro.

A diretora da FUP e do Sindipetro Unificado de São Paulo, Cibele Vieira, falou sobre o assunto no 32º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais. Segundo ela, muitas pessoas estão procurando os sindicatos em busca de respostas sobre o que acontece com quem continuar no PCAC e com quem aderir ao PCR.

“Não temos como responder isso com 100% de certeza. E esse é o problema: as regras não estão claras e não há segurança jurídica para os trabalhadores que aderirem ao PCR. Por isso, pedimos que os petroleiros aguardem um tempo para que possamos cobrar e pressionar a Petrobrás a negociar com a FUP”.

Ela destacou que o PCR torna a definição dos cargos mais ampla, definindo ênfases e facilitando a mudança de acordo com as necessidades da empresa. “O que garante que a empresa não vai pegar um número de trabalhadores que considerar excelente em uma atividade e obrigá-los a mudar de cargo?”, questionou Cibele. “Eles falam que vai ficar mais fácil ir para turno ou embarcar, por exemplo, mas não falam que também vai ficar mais fácil sair”, completou.

Como o prazo de adesão é até setembro, Cibele pediu à categoria que não tome decisões precipitadas. “Sabemos que alguns trabalhadores têm motivos individuais que tornam o PCR mais atrativo, como pessoas que vão aposentar em pouco tempo. Mas queremos um tempo para pressionar a empresa para negociar com o sindicato regras mais claras e seguras. E a partir daí conversamos”, concluiu.

MINAS GERAIS

O Sindipetro/MG realizou setoriais com trabalhadores da Regap e



Diretora da FUP Cibele Vieira explica que os petroleiros não devem assinar o PCR

Termelétrica Aureliano Chaves na última semana para falar sobre o PCR.

O Sindicato entende que aderir ao PCR é abrir mão de defender coletivamente os direitos da categoria petroleira - até porque ele se utiliza de uma nova ferramenta criada pela Reforma Trabalhista do governo golpista de Michel Temer que é a negociação individual em detrimento dos Acordos Coletivos de Trabalho.

A FUP e os sindicatos associados à Federação já ingressaram com ações

judiciais questionando a legalidade do Plano.

A ação do Sindipetro/MG (0010719-24.2018.5.03.0027), aberta no dia 16 de julho no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), pede a nulidade da alteração promovida nos contratos individuais de trabalho.

Também pede a declaração de ilicitude da modalidade de “cargo amplo” e que os contratos de trabalho que foram alterados sejam restituídos ao status anterior.

Novo estatuto da Transpetro libera Petrobrás para privatizar a subsidiária

Sem fazer alarde, a Transpetro, subsidiária responsável pelo transporte e logística de combustíveis, alterou seu Estatuto Social, pavimentando o caminho para a venda integral da empresa.

O novo estatuto, aprovado no dia 29 de junho pela Assembleia dos Acionistas, acabou com a garantia do controle acionário da Petrobrás, como determinava um dos artigos retirados do novo documento.

“As transferências de ações ordinárias com direito a voto, ou as subscrições de aumento do capital por outros acionistas, na hipótese de deixar a Companhia de ser uma subsidiária integral, não poderão reduzir a participação da Petróleo Brasileiro S.A.-Petrobras a menos de 50% mais uma ação ordinária, representativas do capital votante da Companhia”, garante o artigo 8º do antigo estatuto.

Sem essa limitação, os gestores da

estatal podem fazer com a Transpetro o mesmo que já fizeram com a Transportadora Associada de Gás (TAG), que teve 90% de suas ações colocadas à venda. A privatização desta subsidiária, que opera e administra os gasodutos do Sistema Petrobrás, só não foi concretizada, em função da liminar expedida pelo ministro do STF, Ricardo Lewandowski, que impede o governo de vender empresas públicas sem autorização do Legislativo.

O novo estatuto da Transpetro também direciona a empresa para ser uma prestadora de serviços do mercado, podendo “participar em outras sociedades controladas ou coligadas” e exercer “outras atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares”. Ou seja, a Transpetro caminha a passos largos para se transformar em uma empresa de escritório, prestadora de serviços.

O esvaziamento da subsidiária está

diretamente associado ao desmonte do setor de logística da Petrobrás, iniciada com a venda no ano passado da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), que entregou ao grupo Brookfield 90% da maior e mais lucrativa malha de gasodutos do país.

O fundo de investimentos canadense levou a preços ínfimos 2 mil quilômetros de dutos que transportam cerca de 70% de todo o gás natural que circula no Brasil. Outros 4,5 mil quilômetros de gasodutos, que atendem as regiões Norte e Nordeste, estão em vias de ser privatizados, se a venda da TAG for permitida.

Os oleodutos e terminais operados pela Transpetro também já entraram no feirão promovido pelos gestores da Petrobrás, desde que anunciaram o modelo de alienação de 60% de quatro refinarias.

Ao todo, 1.506 quilômetros de oleodutos e 12 terminais terrestres e

marítimos serão vendidos junto com as refinarias do Nordeste e do Sul, se a liminar expedida pelo ministro do STF cair.

A Transpetro e o parque de refino são a bola da vez da privatária que já vem dilacerando o Sistema Petrobrás desde que o golpe começou a ser gestado. Como a FUP tem alertado, a política de preços de derivados, imposta pela empresa para beneficiar os acionistas e as importadoras de combustíveis, é peça central no xadrez da privatização.

Sem refinarias e sem logística e transporte de combustíveis, a petrolífera brasileira, que não faz muito tempo era uma das maiores empresas de energia do planeta, caminha a passos largos para se transformar em uma mera exportadora de óleo cru. O Brasil regride aos tempos coloniais e o povo paga a conta do golpe.